

**CAMPANHA LATINO AMERICANA PELO DIREITO
À EDUCAÇÃO - CLADE BRASIL**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019**

CAMPANHA LATINO AMERICANA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO - CLADE BRASIL

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores da
Campanha Latino Americana pelo Direito à Educação
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Campanha Latino Americana pelo Direito à Educação (“Entidade”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **Campanha Latino Americana pelo Direito à Educação (“Entidade”)**, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Entidades sem finalidades de lucros e Interpretação Técnica Geral - ITG 2002, bem como pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que dispõem sobre a certificação das Entidades Benéficas de Assistência Social.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração pela auditoria das demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Entidades sem finalidades de lucros e Interpretação Técnica Geral - ITG 2002, bem como pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que dispõem sobre a certificação das Entidades Benéficas de Assistência Social e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória, 04 de fevereiro de 2022.

CAMPANHA LATINO AMERICANA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO - CLADE BRASIL

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2019	2018		Nota explicativa	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	49.301	4.366	Fornecedores	9	20.543	32.291
Recursos vinculados a programas	5	833.789	401.454	Obrigações trabalhistas	10	391.627	370.363
Impostos a recuperar	6	2.221	2.221	Obrigações fiscais	11	24.552	24.764
Adiantamentos	7	236.210	122.949	Projetos a executar	12	1.116.509	597.727
		1.121.521	530.989			1.553.231	1.025.146
				Não circulante			
				Projetos a executar	12	689.694	584.185
Não circulante						689.694	584.185
Recursos vinculados a programas	5	689.694	656.451	Patrimônio Líquido	13		
Imobilizado	8	3.219	6.762	Patrimônio social		(428.491)	(415.129)
		692.912	663.213			(428.491)	(415.129)
Total do ativo		1.814.434	1.194.202	Total do passivo e patrimônio líquido		1.814.434	1.194.202

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CAMPANHA LATINO AMERICANA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO - CLADE BRASIL

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

	Nota explicativa	2019	2018
Receitas sem restrição			
Projetos e convênios	14	1.839.994	1.670.435
Próprias		9.106	8.681
Custos das atividades	15	(1.608.521)	(1.441.252)
Superávit bruto		240.579	237.864
Outras receitas			
Receitas financeiras	17	17	33
		17	33
Receitas/(despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	16	(152.907)	(136.450)
Serviços de terceiros		(13.276)	(25.540)
Despesas financeiras	17	(87.775)	(54.657)
Resultado operacional		(253.958)	(216.647)
(Déficit)/superávit líquido do exercício		(13.362)	21.249

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CAMPANHA LATINO AMERICANA PELO DIREITO A EDUCAÇÃO - CLADE BRASIL

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

	2019	2018
(Déficit)/superávit líquido do exercício	(13.362)	21.249
Outros resultados abrangentes	-	-
	<u>(13.362)</u>	<u>21.249</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CAMPANHA LATINO AMERICANA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO - CLADE BRASIL

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit/(Déficit) do período	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(436.378)	-	(436.378)
Superávit líquido do exercício	-	21.249	21.249
Transferência para o Patrimônio Social	21.249	(21.249)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(415.129)	-	(415.129)
Déficit do exercício	-	(13.362)	(13.362)
Transferência para o Patrimônio Social	(13.362)	13.362	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(428.491)	-	(428.491)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CAMPANHA LATINO AMERICANA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO - CLADE BRASIL

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais (Déficit)/superávit líquido do exercício	(13.362)	21.249
Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa e equivalentes		
Depreciação	3.543	2.121
	(9.819)	23.370
Aumento líquido/(redução) nos ativos e passivos		
Recursos vinculados a programas	(465.578)	(250.162)
Adiantamentos	(113.262)	(47.012)
Fornecedores	(11.748)	(29.016)
Obrigações trabalhistas	21.264	(3.350)
Obrigações fiscais	(212)	(648)
Projetos a executar	624.291	261.645
Impostos a recuperar	-	4.797
Caixa líquido consumido (gerado) proveniente das atividades operacionais	44.935	(40.377)
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	44.935	(40.377)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.366	44.743
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	49.301	4.366
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	44.935	(40.377)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CAMPANHA LATINO AMERICANA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

1. Contexto operacional

A Campanha Latino Americana pelo Direito à Educação - CLADE BRASIL é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos e sem filiação partidária ou religiosa, fundada em 23 de julho de 2010, tendo como finalidade: contribuir para a defesa do direito à educação pública, gratuita e de qualidade para todos(as). Sua missão é a de promover o debate e desenvolver iniciativas para a construção de uma agenda latino-americana para a educação, estimulando processos de incidência nas políticas educativas e fortalecendo a sociedade civil no Brasil e nos países da região.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas pela Administração da Entidade, sendo de sua responsabilidade e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estando em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A Entidade por se tratar de uma associação sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Entidades sem finalidade de lucros e Interpretação Técnica Geral - ITG 2002, bem como pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que dispõem sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

A emissão dessas demonstrações contábeis foram autorizadas pela Administração em 04 de fevereiro de 2022.

3. Resumo das principais práticas contábeis adotadas

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a saber:

Apuração das receitas e despesas

As receitas e despesas estão sendo registradas pelo regime de competência.

O superávit/déficit referente às atividades da Associação é incorporado ou absorvido pelo patrimônio social somente ao término de cada exercício social.

CAMPANHA LATINO AMERICANA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Associação revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Moeda funcional e de apresentação

A moeda que melhor reflete a situação das operações da Entidade e designada como moeda funcional é o Real. Esta também é moeda de apresentação.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

Caixa e equivalentes de caixa

Na rubrica de caixa e equivalentes de caixa, estão registrados os saldos do fundo fixo e de banco conta movimento. Estes saldos apresentam liquidez imediata e apresentam risco insignificante de mudanças de valor.

Ativos circulantes e não circulantes

Estão apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço.

Imobilizado

Demonstrado ao custo, deduzido por depreciação calculada com base em taxas anuais que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens, pelo método linear.

Passivo circulante

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

CAMPANHA LATINO AMERICANA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

Demais provisões

Provisões são reconhecidas no balanço quando a Entidade possui obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado.

Obrigações tributárias

A Clade é uma entidade sem fins lucrativos e, portanto, goza da isenção do Imposto de Renda e Contribuição Social de acordo com o artigo 15 da Lei nº 9.532/97.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa	19.338	3.817
Bancos conta movimento	29.963	549
	49.301	4.366

5. Recursos vinculados a programas

	2019	2018
Circulante		
Campanha Global pela Educação (CGE) (i)	191.535	51.500
Saih (ii)	21.855	43.046
Oxfam Ibis Denmark (iii)	303.959	306.908
Educo (iv)	316.441	-
	833.789	401.454
Não circulante		
Oxfam Ibis Denmark (iii)	359.766	656.451
Educo (iv)	329.928	-
	689.694	656.451
	1.523.483	1.057.905

- (i) O acordo constitui um contrato entre a Campanha Global pela Educação (GCE) e a CLADE, onde a CLADE atuará como Secretaria Regional do Fundo de Educação da Sociedade Civil na Região América Latina e Caribe. A CLADE será responsável perante a GCE, uma vez que desempenha o papel de Secretariado Regional de acordo com o plano de implementação acordado que descreve as atividades e marcos para o programa. O objetivo geral do programa é influenciar a mudança política, especialmente em torno da educação, com ênfase em financiamento da educação, inclusão, equidade, qualidade e aprendizagem e responsabilidade perante o global e o nacional objetivos de educação;

CAMPANHA LATINO AMERICANA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

- (ii) A SAIH e a Clade produzirão, por meio de documentação e análise de dados, um relatório que demonstrará as violações e abusos de direitos sofridos por universitários e estudantes universitários em países da América Latina e do Caribe. Isso contribuirá para aumentar a visibilidade e a justiciabilidade das violações dos direitos dos estudantes e da criminalização na região da América Latina, pelo menos em três países. Ele também alimentará um banco de dados mais amplo, atualmente em construção no SAIH, que incluirá informações sobre a extensão e a gama de violações enfrentadas por estudantes em todo o mundo. O relatório é parte de uma colaboração entre SAIH e CLADE, que visa fortalecer redes de estudantes, acadêmicos e ativistas da sociedade civil que se esforçam para alcançar a educação e os direitos humanos e a liberdade acadêmica, em todo o continente latino-americano, e para promover iniciativas conjuntas a nível nacional, regional e internacional;
- (iii) Convenio firmado entre a Campanha Latino Americana pelo Direito a Educação - CLADE e Oxfam-Ibis Dinamarca em 2018 com vigência até 2021, onde Oxfam-Ibis apoiara a CLADE na implementação do projeto “Influenciando governos e doadores para implementar a agenda ODS4”, com foco particular em meninas e grupos marginalizados, como parte do avanço do objetivo central da CLADE, que é a promoção da educação como direito humano fundamental, por meio das linhas de ação que a Clade vem apresentando nos últimos anos, através de financiamentos das ações acordadas no contrato;
- (iv) Esta iniciativa se apresenta como uma continuidade e ampliação do Projeto Direito a uma Educação Decente para a Primeira Infância (Projeto 1788), fruto da colaboração entre a Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação (CLADE) e a Fundação Educação e Cooperação (EDUCO). A etapa de 2020, baseia-se nestas iniciativas e visa desenvolver um processo eficaz de incidência política para a promoção de um maior reconhecimento e concretização do direito humano à educação infantil na América Latina e Caribe.

6. Impostos a recuperar

	2019	2018
PIS a recuperar	2.221	2.221
	2.221	2.221

7. Adiantamentos

	2019	2018
Adiantamento a Fornecedores	236.210	116.070
Adiantamento de Viagem	-	6.515
Outros Adiantamentos	-	363
	236.210	122.949

8. Imobilizado

Descrição	% Taxa de depreciação	2018	2019			
		Valor residual	Adições	Baixas	Depreciação	Valor residual
Móveis e Utensílios	10	1.770	-	-	(653)	1.117
Equip. de computação	20	4.992	-	-	(2.890)	2.102
		6.762	-	-	(3.543)	3.219

CAMPANHA LATINO AMERICANA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

9. Fornecedores

	2019	2018
Serviços	9.810	15.471
Outros	10.733	16.821
	20.543	32.291

10. Obrigações trabalhistas

	2019	2018
Salários a pagar	-	3.331
INSS	300.594	282.771
FGTS	6.276	7.425
PIS sobre folha de pagamento	5.353	4.610
Contribuição Sindical	4.348	4.348
IRRF a recolher	32.260	42.224
Provisões de férias	42.796	25.654
	391.627	370.363

11. Obrigações fiscais

	2019	2018
IRRF Terceiros	5.697	5.697
ISS terceiros	329	542
INSS Terceiros	12.446	12.446
CSRF a recolher	6.080	6.080
	24.552	24.764

12. Projetos a executar

Registram os recursos recebidos pelas entidades de cooperação internacional mantenedoras da Entidade, as quais enviam subsídios para a realização de suas despesas-fins e suas despesas complementares, como se segue:

	2019	2018
Circulante		
Unicef (i)	15.412	18.603
Campanha Global pela Educação (CGE) (ii)	191.535	45.305
Oxfam IBIS Denmark (iii)	357.982	442.445
Saih (iv)	27.864	74.367
Ligth For The World (v)	-	17.008
EDUCO (vi)	523.718	-
	1.116.509	597.727
Não circulante		
Oxfam Ibis Denmark (iii)	359.766	584.185
EDUCO (vi)	329.928	-
	689.694	584.185
	1.806.203	1.181.912

CAMPANHA LATINO AMERICANA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

- (i) **Unicef:** Contrato celebrado com objetivo de compreender a partir das reivindicações dos jovens e adolescentes que estão dentro ou fora da escola qual seria a Educação secundária que responderia às suas necessidades e aspirações”;
- (ii) **Campanha Global pela Educação (GCE):** O acordo constituído tem como objetivo influenciar a mudança política, especialmente em torno da educação, com ênfase em financiamento da educação, inclusão, equidade, qualidade e aprendizagem e responsabilidade no âmbito global e nacional;
- (iii) **Oxfam Ibis Denmark:** O objetivo da parceria com o Oxfam Ibis Denmark é contribuir para alcançar o desenvolvimento sustentável, garantindo uma educação de qualidade inclusiva e equitativa, além de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. O programa contribuirá com debates sobre políticas de educação em nível nacional, regional e global, de modo que os governos levem em consideração as recomendações e propostas da sociedade civil para o alcance de uma educação pública de qualidade, contextualmente, relevantes, priorizando os segmentos sociais mais pobres e marginalizados e promovendo uma prestação de contas transparente dos gastos;
- (iv) **Saih:** O projeto contribuirá para o aumento da visibilidade das violações dos direitos dos estudantes, criminalização e redução da liberdade acadêmica na região da América Latina, com ênfase em pelo menos três países (Nicarágua, Colômbia e México);
- (v) **Ligh For The Word:** O objetivo é colaborar com o acompanhamento da implementação do artigo 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, identificando progressos feitos, obstáculos e políticas recomendadas;
- (vi) **Educo:** Contrato celebrado entre a Clade e a Fundação de Educação e Cooperação (EDUCO) para firmar o projeto “Direito a uma educação infantil digna” com o objetivo de contribuir para exercício do direito à educação e os cuidados às crianças na América Latina e Caribe.

13. Patrimônio social

O patrimônio social é constituído pelas contribuições totalmente integralizadas, acrescido ou diminuído, respectivamente, do superávit ou déficit inerente às atividades da Entidade, apurado ao término de cada exercício social.

14. Receita operacional - projetos e convênios

Registram os recursos recebidos das agências de cooperação internacional, as quais enviam subsídios para a realização de suas despesas fins e suas despesas complementares:

	2019	2018
Campanha Global pela Educação (GCE)	804.689	870.597
Aaea	108.610	88.879
Ayuda em Acción	-	40.124
Ibis	442.445	303.881
Unicef	80.344	185.747
Unesco/Orealc	-	3.026
Educo	224.894	39.244
ActionAid	-	45.336
CME	-	42.773
Ligh For The Word	17.008	39.683
SAIH	162.004	11.144
	1.839.994	1.670.435

CAMPANHA LATINO AMERICANA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

15. Custos das atividades

Refere-se as aplicações de recursos recebidos para financiamento de projetos de desenvolvimento de iniciativas para construção de uma agenda latino-americana para a educação, estimulando processos de incidência nas políticas educativas para fortalecer a sociedade civil no Brasil e nos países da região, conforme quadro demonstrado a seguir:

	2019	2018
Produção de textos, estudos e pesquisa	(754.984)	(505.503)
Materiais gráficos e comunicação	(128.664)	(66.466)
Reuniões e eventos	(42.169)	(78.883)
Viagens e transportes	(361.322)	(490.105)
Salários e Encargos	(321.382)	(300.295)
	(1.608.521)	(1.441.252)

16. Despesas gerais e administrativas

	2019	2018
Gastos com Instalação	(61.944)	(56.339)
Gastos de escritório	(22.893)	(20.242)
Gastos com gestão	(64.527)	(57.749)
Despesa com depreciação	(3.543)	(2.121)
	(152.907)	(136.450)

17. Resultado financeiro, líquido

	2019	2018
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	17	33
	17	33
Despesas financeiras		
Juros	(4.073)	(1.097)
Multas	(271)	(87)
Despesas de câmbio	(49.363)	(27.499)
Despesas bancárias	(30.376)	(25.129)
Outras despesas	(3.691)	(845)
	(87.775)	(54.657)
	(87.758)	(54.624)

- (i) A Clade é uma associação sem fins lucrativos que atua diretamente com financiadores do Exterior para manter os programas da Entidade. Portanto essa transação gera despesas de câmbio para conversão da moeda, e além disso reflete em despesas bancárias que são descontadas na operação.

CAMPANHA LATINO AMERICANA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

18. Quocientes patrimoniais

		2019	2018
Liquidez imediata			
Caixa e equivalentes de caixa	47.231	0,03	0,01
Passivo circulante	1.553.231		
Liquidez corrente			
Ativo circulante	1.119.451	0,72	0,25
Passivo circulante	1.553.231		
Liquidez geral			
Ativo circulante + não circulante	1.812.364	0,81	0,25
Passivo circulante + não circulante	2.242.925		
Imobilização de capital de giro			
Imobilizado	3.219	0,003	0,03
Patr. social + passivo circulante	1.122.670		
Imobilização corrente do capital próprio			
Imobilizado	3.219	-0,01	-0,01
Patrimonio social	(430.561)		

19. Isenção IRPJ

A Entidade, por sua finalidade e objetivos e, mediante artigo 170 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), não está sujeita ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. A organização apresenta anualmente a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica.

20. Instrumentos financeiros

Nos exercícios de 2019 e 2018, a Entidade não participou e, tampouco, manteve operações envolvendo quaisquer tipos de instrumentos financeiros específicos, a não ser aqueles constantes das demonstrações contábeis, os quais foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas.

21. Eventos subsequentes

Não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Entidade.